

# CULTURA E CIDADE: O PROBLEMA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO

**Carlos Eduardo dos Reis**

Professor na Universidade Federal de Santa Catarina, atua no curso de Graduação em Arquivologia.  
E-mail: reisced@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo discute o problema da preservação do patrimônio urbano no contexto das cidades, aqui entendida como expressões de modos de vida e relações sociais, presentes nas manifestações da Cultura, no cotidiano dos indivíduos, na família, lazer, ou seja, nas suas variadas formas e dimensões. Analisa aspectos da reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro na administração do Prefeito Pereira Passos – 1902/1906 e finaliza com considerações a cerca da preservação do patrimônio urbano a partir da demolição do casarão do ex-governador catarinense Celso Ramos.

**Palavras-chaves:** Cidade. Patrimônio. Memória. História.



## 1 INTRODUÇÃO

Uma grande parte da produção artística e intelectual sobre as cidades no século XX apontou para uma visão catastrófica dos destinos da civilização. O ser humano matou, exterminou, degradou o meio ambiente e atentou contra a vida humana, apesar de todas as conquistas no campo da ciência e tecnologia.

Esse desenvolvimento, contudo, não foi capaz de impedir a contínua degradação das condições de vida nas grandes cidades e muito menos apontar para uma saída racional na solução desses problemas, gerados pela urbanização caótica e deficiente, colocando a cidade e seus problemas no centro das discussões e debates.

Essa falta de perspectiva na solução imediata dos problemas gerados pela urbanização e o destino incerto dos grandes contingentes humanos que habitam esses centros, construiu e reforçou a imagem da cidade como um grande automóvel sem freio e de pneus lisos que perdeu a direção e o rumo, não se sabendo ao certo onde este vai parar.

A cidade aqui, é entendida como expressões de modos de vida e relações sociais que estão presentes nas manifestações da CULTURA, no cotidiano dos indivíduos, na família, no lazer, aparecendo-nos nas suas variadas formas e dimensões.

É visando a compreensão de que são as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade, e que estas, estão sempre impregnadas de memórias e de significação que se constroem mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades, é que este artigo pretende discutir o problema da preservação do patrimônio no contexto das cidades e suas relações constituintes. (FENELON, 1999, p.6).

## **2 CIDADES: HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Em toda sua constituição histórica, as cidades resultam composta pelo entrelaçamento de temporalidades diversas, onde estão a “língua urbana através da qual não aprendemos as explicações abstratas, mas aquelas constantes que atingem e modelam o nosso cotidiano. Essas imagens urbanas despertam a nossa percepção na medida em que marcam o cenário cultural da nossa rotina e da identidade urbana: o movimento, os adensamentos urbanos, os transportes, o barulho, o tráfego, a verticalização, a vida fervilhante, uma atmosfera que assinala um modo de vida e certo tipo de relações sociais. (FERRARA, 1990, p.5).

É na constatação do caráter da cidade como expressão de modos de vida e relações sociais que a cidade também se manifesta nas palavras de Argan, como fonte de imagens sedimentadas em diversos níveis de nossa memória. Diz ele:

- cada um de nós, em seus itinerários urbanos diários, deixa trabalhar a memória e a imaginação: anota as mínimas mudanças, a nova pintura de uma fachada, o novo letreiro de uma loja; curioso com as mudanças em andamento, olhará pelas frestas de um tapume para ver o que estão fazendo do outro lado; imagina e, portanto, de certa forma projeta, que aquele velho casebre será substituído por um edifício decente, que aquela rua demasiado estreita será alargada, que o trânsito será mais disciplinado ou até mesmo proibido naquele determinado ponto da cidade; lembra –se de como era aquela rua quando menino, a percorria para ir a escola ou quando, mais tarde, por ela passar com a namorada; ou o famoso incêndio, o crime de falaram todos os jornais. (ARGAN, 1993, p.233)

Portanto, torna-se necessário compreender as questões que as cidades colocam, pois são os espaços na qual a História se dá, e este sentido implica percepção não apenas do passado como passado, mas do passado enraizado no presente.

A cidade é uma construção dos homens e, portanto não pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica das cidades, mas estas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais de projetos. (FENELON, 1999, p.07).

Por esta razão, as cidades também são sustentáculos da memória, não apenas de uma memória expressa pelo sonho e a arquitetura do poder, mas com ela convivem as “memórias”, que se mesclam nesse caleidoscópio de imagens, na qual estão as cidades, expressões de memórias individuais e coletivas.

Historicamente, as nossas cidades são o resultado da intervenção e imposição do Estado, sobre a vontade e o desejo da maioria. Os nossos espaços urbanos, por excelência, se constituem em espaços de exclusão social, resultado na maioria das vezes da vontade de engenheiros, arquitetos e sanitaristas, na qual de um lado convive a cidade resplandecente, fruto do progresso e do desejo de civilização; e do outro a cidade da escuridão, da marginalidade e da solidão.

No entanto, por mais que a razão cientificista tenha contribuído para criar a cidade das perdas ilusões, tenha feito da vida nas cidades algo insuportável, cheia de paradoxos e contradições que por vezes são insolúveis, esta mesma razão cientificista não foi capaz de apagar da memória, uma cidade dos sonhos que habita a realidade de cada um de nós, como também não foi capaz de criar uma outra cidade que fosse a expressão de seus sonhos.

Assim, por mais que se tentou apagar o passado, a memória subsistiu nos cantos mais escuros, nos detalhes, nos meandros da própria existência dos sujeitos que subsistem ao esquecimento.

### **3 RIO DE JANEIRO: A CIDADE PATRIMÔNIO MEMÓRIA**

Poucas cidades ao longo de sua história foram tão representadas, imaginadas, construída, destruída e desfrutaram de prestígio, de poder político e econômico como a cidade do Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX e XX. É bom salientar que tal prestígio continua, com a cidade sendo eleita para importantes eventos mundiais como a copa do mundo de futebol e as olimpíadas.

Também tão poucas cidades poderiam ser consideradas cidade memória ou cidade- patrimônio. A cidade carrega em sua constituição histórica as marcas indeléveis da contradição.

O Rio de Janeiro, no decorrer do último quartel do século XIX passou por um intenso crescimento das atividades econômicas, particularmente das atividades fabris.

Foi um período de grande crescimento demográfico, devido principalmente a migração e ao deslocamento significativo da população do interior do estado para a capital. Neste período os imigrantes representavam nada mais do que trinta por cento da população da cidade. (BODSTEIN, 1986, p.34).

A cidade do Rio de Janeiro enfrentava sérios problemas de estrutura e saneamento básico. Sua estrutura urbana não comportava o enorme contingente populacional e o ritmo acelerado do crescimento econômico, faziam da cidade foco de epidemias e doenças, desencadeando um grande debate sobre a urbanização e remodelação da cidade. A edificação se deu sem uma legislação que influísse nas suas construções, e essas iam se erguendo na vontade de cada dono, resultando de sua localização o arruamento, em vez do arruamento preceder a edificação. Desse fato, resultaram grandes aglomerações, ruas tortuosas e pouca salubridade. (PADILHA, 1985, p.16).

A estrutura urbana, ainda eminentemente característica dos tempos coloniais. Esta se mostrava inadequada ao dinamismo das novas atividades econômicas e necessidades habitacionais. As ruas eram estreitas, barrentas e entulhadas de carroças, a circulação de mercadorias e as edificações eram escassas e inadequadas. (PECHMAN, 1992, p.77).

Porém não era somente a cidade colonial que se mostrava inadequada ao dinamismo das novas atividades econômicas. O grande problema da cidade, que iria motivar as intervenções mais radicais já ocorridas no espaço urbano de uma cidade brasileira, seria a questão do saneamento e a insalubridade.

A década de 1870 foi o grande marco para se definir a cidade moderna.

O primeiro projeto de urbanização e saneamento do Rio de Janeiro, ainda no tempo do Império, foi apresentado em 1875, cujo objetivo era “organizar um plano geral para o alargamento e retificação de várias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre os seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia as suas construções”. (OLIVEIRA REIS, 1977, p.15).

É importante destacar que o futuro prefeito Pereira Passos, fazia parte dessa primeira comissão nomeada ainda no governo imperial. Esta apresentou seu primeiro relatório em janeiro de 1875. Este sintetizava a intenção dos reformadores e todos os motivos que levarão Pereira Passos a promover a quebraadeira geral na cidade no século passado.

Eis um pequeno trecho do referido relatório:

(...) Alheios as mais simples noções de estética e até muitas vezes, aos mais insignificantes preceitos de arquitetura, esmeram-se os nossos mestres-de-obras em sobrecarregar as fachadas dos prédios com molduras e cimalthas sem sujeição, já não diremos, as regras da arte que tanto primam a Grécia e a antiga Roma, e que ainda hoje merece tanto cuidado nos países mais cultos, mas as leis mais simples da convivência e da harmonia; intercalam ornamentos sem gosto, nem justeza nas proporções; (...) fazem enfim, muitas despesas inúteis que, além de darem as nossas ruas uma aparência sem arte e sem gosto, imprópria sem duvida da nossa civilização, se tornam ainda nocivas ao conforto e interior do lar (OLIVEIRA REIS, 1977, p.15 e 16).

Como se pode constatar pelo trecho acima citado, a preocupação com a questão estética da cidade, não só revelava à intenção de varrer do mapa a cidade colonial, principalmente

aquela arquitetura representada pelos portugueses, como iria frisar Pereira Passos, prefeito da cidade no período de 1902- 1906 – desportuguesamento – como também apagar do mapa a cidade escravista, a herança do passado colonial, pois era imprópria a civilização.

Porém a grande questão que iria mobilizar os reformadores da cidade, dizia respeito a quem iria arcar com os custos financeiros de tal empreitada, qual seria o papel desempenhado pelo poder público enquanto agente modernizador. Quanto a esta questão, ouçamos as ponderações de Lilian de Amorim Fritsch:

- (...) a força do Estado enquanto agente do bem estar público esbarrava nas ideias defendidas dentro de uma concepção nova de economia liberal capitalista onde a iniciativa privada se apresentava como capaz de prover a solução dos problemas do desenvolvimento econômico e social. A solução efetiva entretanto, esbarrava no problema de recursos de difícil solução para época: o Estado não dispunha de capital necessário para investir nas obras de melhoramentos nem conseguiu atrair o setor privado, através de incentivos para participar desses empreendimentos. (FRITSCH, 1986, p.84).

A modernização e saneamento da cidade do Rio de Janeiro, só foram possíveis na medida em que houve uma intervenção direta das autoridades federais e estaduais. A eleição de Rodrigues Alves para presidente da República na primeira década do século XX deu início definitivo ao saneamento e a urbanização da cidade.

Em seu programa de governo, Rodrigues Alves mostrou sua preocupação quanto ao conceito de cidade insalubre de que gozava o Rio de Janeiro no exterior. Garantir o fluxo imigratório e de capitais, e o próprio funcionamento do comércio internacional foram, sem dúvida as metas traçadas, e para isso, governos federal e estadual empreenderam as grandes obras de remodelação da cidade que marcaram os primeiros anos do século

XX e deram ao Rio de Janeiro a sua aparência de “cidade maravilhosa”. (PADILHA, 1985, p.22).

Coube assim ao prefeito Pereira Passos (1902-1906), cunhar a imagem de cidade maravilhosa que o Rio de Janeiro sustenta até os dias atuais. Em quatro anos tentou abolir do mapa a cidade colonial e escravista, através de seu embelezamento estratégico, no dizer do próprio Passos, mas esta nova aparência nunca foi capaz de esconder a essência dessa sociedade que traz em seu bojo as duras marcas da miséria e preconceito.

O Rio de Janeiro do século XX viverá sob o estigma das reformas de Passos, a cidade maravilhosa, sustentará o imaginário dos cafês, literatos, poetas, músicos e cronistas da cidade; as mazelas se transformaram em cartão postal. Enfim, o Rio civilizava-se.

Ao longo do século XX, a cidade continuou a sofrer sucessivas intervenções nos seus espaços, como foi o caso da criação do “corredor cultural”, criado pelo prefeito Saturnino Braga, ao longo da década de 1970, que instituiu e criou o Prêmio Pereira Passos. O referido corredor é um projeto de revitalização e preservação do centro da cidade, cujo objetivo é preservar determinados ambientes urbanos de valor tradicional para a população. Cabe ressaltar que esse processo ainda está em curso na cidade.

Ainda neste momento, a cidade passa novamente por um radical processo de intervenção no seu espaço urbano, a fim de preparar a cidade para os eventos esportivos da Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos.

Informações iniciais atestam o verdadeiro terror por que passa a população localizada nas proximidades das áreas destinadas a esses eventos, sendo expulsas dos seus locais de

moradia, a revelia da legislação e dos seus direitos. Ainda estamos vivendo os primeiros capítulos desse longo drama.

A Reforma Passos, varreu do mapa o Rio de Janeiro colonial, eternizado nas pinturas de Debret, que retratou com propriedade o cotidiano da cidade. Restam muitos poucos espaços na cidade hoje, que lembre a cidade colonial de ruas tortas e insalubres ou eternizadas nas obras de Machado Assis ou do cronista João do Rio.

O Rio de Janeiro manteve seu prestígio político de capita da República, até a década de 1960. Apesar da tentativa de demolir o passado, e jogar a poeira embaixo do tapete, não tardaria aparecer novamente.

Passos modernizou a fachada da cidade, mas esqueceu-se dos aposentos do fundo, que permaneceram sujos e imundos, para construir a cidade dos sonhos da civilização moderna, mas não apagou seus sonhos e desejos.

Mas não importa que a cidade real tenha se alterado, pois a rebelião da memória a reporá sempre e retratará seus espaços sínteses aos mesmos lugares, ainda que como carência. (MOISÉS; MARTINEZ-ALIER, 1978, p.47).

#### **4 FLORIANÓPOLIS: A CASA DO “SEU CELSO”**

Há alguns anos, a cidade de Florianópolis foi surpreendida por uma cena muito comum a inúmeras outras cidades e capitais brasileiras: a demolição do casarão onde morou o ex-governador Celso Ramos.

Além de despertar indignação, o fato deveria, em primeiro lugar, ter levado a uma reflexão sobre o significado das políticas de preservação do patrimônio histórico das cidades, traçadas pelos órgãos públicos responsáveis.

Estas políticas, antes de representarem atos inocentes das administrações, escondem práticas e concepções acerca da cidade, da cultura, da própria noção de patrimônio, como forma de construção da memória e da identidade.

Assim, a demolição do referido casarão, reclamada como parte integrante do passado da cidade, evocou um dos muitos lugares da memória, construída e preservada, e que era reivindicada como patrimônio a ser mantido e preservado.

O cronista do jornal Diário Catarinense Sérgio da Costa Ramos na edição do dia 19 de maio de 1997, na crônica intitulada “A Casa do seu Celso”, escrevia:

- Se posso ver sua casa íntegra, confiável como a de um João-de-Barro, posso ainda vê-lo ali, naquela varanda – sua casa seu castelo!

– derramando aquele seu raro sorriso e aquela sua circumspecta inteireza, lisuras sempre a serviço de Santa Catarina e do Brasil, pobrezinhos, hoje tão aviltados, mas do que nunca precisando do plantão de sua coragem, da evocação de sua probidade, do bálsamo de sua retidão.

A destruição do casarão do ex-governador foi vista pelo cronista do Diário Catarinense, como a perda de um elo com o passado, tanto individual, como coletivo, não só do Estado de Santa Catarina, mas do Brasil, que necessitava da sua bondosa retidão.

Sob esse prisma, a “identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdades e que permaneceram na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associado ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre o passado, presente e

futuro. Eles garantem a continuidade da nação no tempo”. (GONÇALVES, 1998, p.267).

Se por um lado, a demolição do casarão suscitou a discussão sobre a construção dos vários lugares da memória – tanto coletiva, como a individual, por outro trouxe a tona mais uma vez a problema da Cultura.

Quanto a este aspecto, cabe salientar a existência de uma concepção de cultura – especialmente dos gestores de bens culturais – como aquilo produzido e incentivado pelas instituições estatais ou privadas.

Esta concepção se baseia, principalmente, no destino que esses gestores dão às verbas destinadas a preservação do patrimônio público das cidades. Movidos por inúmeros interesses, eles podem destinar ou não rechonchudas verbas para este ou aquele projeto, sendo que, muitas vezes, o que se espera desses investimentos, é o seu resultado do ponto de vista político e administrativo, uma vez que a maioria dos envolvidos aguarda sua reeleição no próximo período de legislatura.

Dessa forma, fica a cultura sendo um legado político deste ou daquele gestor, que teve ou não sensibilidade para perceber o problema e fazer algo em prol.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PRESERVAÇÃO CULTURAL DAS CIDADES**

Não se pode deixar de salientar, que as diversas instituições que possuem papel fundamental na preservação de determinados bens culturais (considerados como bens coletivos – praças públicas, bibliotecas, museus, arquivos), cuja manutenção exige uma soma considerável de recursos, acabam se perdendo nos labirintos da burocracia, não dedicando a devida atenção ao problema.

A pouca atenção que se dedica ao problema da cultura, pode ser explicada em função de uma concepção cristalizada e estanque de sociedade, que pensa a cultura desvinculada de quem a produziu.

Se pensarmos a cultura como algo socialmente construído, que expressa os modos de vida dos sujeitos históricos no social, estaremos abrindo espaço para que se pense as outras manifestações da vida humana – coletiva e individual – que muitas vezes são relegadas a um segundo plano.

Ao pensarmos a cultura como algo construído social e historicamente, não estamos de maneira nenhuma tirando do social suas determinações de ordem política e econômica. O que queremos frisar é que os sujeitos sociais dessas ações desaparecem no tempo e no espaço de sua própria história. Isto implica em pensar a cidade como um grande patrimônio socialmente construído, como expressão das relações sociais, e, acima de tudo, expressão da cultura e da memória.

Apesar de carregar consigo ambiguidades bem conhecidas, a palavra cultura de acordo com Marcel Roncayolo, tem sido usada para definir a cidade. De acordo com ele, nesta definição a cidade seria entendida da seguinte forma:

- (...) um conjunto de comportamentos e atitudes. Este aspecto não é independente da população nem da atividade funcional. (...). Na descrição da cultura urbana estariam pois, reunidos e interligados, ambiente, modo de vida e comportamentos – todos elementos que emprestam outro sentido ao conceito de urbanização. (RONCAYOLO, 1986, p.422).

Dessa forma a apropriação e o uso dos espaços urbanos pelos sujeitos sociais, pelos poderes constituídos se traduzem na “sua configuração, resultante das formas assumidas pela sociedade, pelas formas históricas de apropriação do espaço e

pelas inter-relações dos elementos que compõem a sua estrutura, esta sujeita a uma dinâmica que não pode ser dissociada da política”. (MAGALDI, 1992, p.21). Mas nem sempre isto acontece, pois a cidade muitas vezes se transforma em uma espécie de laboratório de engenheiros e urbanistas, que promovem radicais alterações no meio ambiente e na vida das populações, sem levar em consideração os impactos sociais que estas trazem para o cotidiano de centenas de pessoas.

Entretanto, atrás dessa ânsia de construir/destruir, revela-se muitas vezes a verdadeira face dos projetos urbanísticos e de sua intenção disciplinadora dos corpos e do espaço.

Magaldi salientou com grande propriedade que,

- (...) ao longo da história, a luta pela construção de uma memória social passou pela tentativa de julgar o passado, visto sempre como inferior ao presente – e estas tentativas se concretizaram fisicamente nos procedimentos de destruir e edificar. (MAGALDI, 1992, p.21).

Se nos recordarmos da reforma urbana da antiga capital federal – Rio de Janeiro- no início do século passado, levada a termo pelo então prefeito Pereira Passos, com suas práticas disciplinadoras, teremos a medida exata do significado dessa construção/destruição.

Não se trata somente de botar abaixo o velho para edificar o novo. As reformas urbanas enfatizam a necessidade de estar em consonância com o progresso e a civilização, vistos como inevitáveis, devendo seus habitantes forçosamente adaptar-se aos imperativos dos “novos tempos”.

Neste contexto, entenda-se por “civilização”, afastar para as áreas periféricas a “sujeira”, higienizar a cidade, expulsando a turba insolente, a “ralé”, que habita pontes, becos, viadutos,

favelas, e que insistem em aparecer e se multiplicar. Nossa história é repleta desses exemplos.

Essa lógica perversa, imposta pelo desejo de progresso e civilização, revela, assim, na sua essência, a construção dos lugares sociais da memória e da identidade, a materialização das relações sociais que interagem no espaço da cidade, testemunhos de modos de vida e experiências sociais.

Portanto a preservação do patrimônio urbano, revela a luta pela conservação dos espaços sociais da memória e da identidade dos sujeitos históricos, nos múltiplos espaços da cidade.

Socialmente se reconhece a necessidade de se preservar o patrimônio urbano, em suas diversas modalidades e formas. Mas a aplicação da legislação e a ação dos órgãos públicos de preservação implicam resultados diversos e suscitam reações diferentes, quando aplicadas a bens móveis e imóveis. (MAGALDI, 1992, p.22).

Isto talvez explique a reação desencadeada pela demolição do casarão do ex-governador catarinense. Enquanto algumas pessoas observavam indignadas as máquinas em sua fúria destrutiva, a colocar as paredes abaixo, outras exigiam uma ação mais efetiva do Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis, no sentido de embargar a obra e salvar o casarão pelo seu valor cultural.

Discussão semelhante houve na gestão da Prefeita Luiza Erundina, em São Paulo, diante da reação da família Matarazzo, em resistir a preservação de um dos seus casarões na Avenida Paulista pelo patrimônio histórico da prefeitura paulista.

Em ambos os casos, a atitude de preservação foi entendida como um verdadeiro atentado aos direitos de seus proprietários,

pois significavam a desvalorização de seus bens particulares de grande valor monetário.

No caso da residência do ex-governador, a posição do IPUF (Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis), na figura de seu diretor, juntamente com o secretário de obras, resumiu-se à atônita declaração: “A família tinha todo direito de fazer a demolição”. (DIÁRIO CATARINENSE, 1997, p.44).

Dessa forma os “responsáveis pelo planejamento acabam por compactuar com o jogo da especulação imobiliária, desconsiderando completamente o objetivo maior do urbanismo que é a garantia da qualidade de vida dos habitantes da cidade”. (MAGALDI, 1992, P.23).

Não é somente a desenfreada especulação imobiliária que coloca em risco a qualidade de vida dos habitantes da cidade. A falta de uma articulação entre as diretrizes da política urbana e as políticas de preservação, comprometem os destinos daqueles que habitam a cidade.

O crescimento desordenado, a extensão e a densidade dos aglomerados, as filas e congestionamentos, os ritmos da produção, exigem cada vez mais a presença do técnico, do especialista, do gestor, do arquivista, do historiador, e de tantos outros profissionais, nesta luta permanente pela preservação dos nossos lugares sócias da memória.

Todavia, para que a cidade não seja obra da ditadura de técnicos e engenheiros, é preciso criar aquilo que Argan denominou de “sentimento de cidade”. Recuperar esse sentimento é resgatar a cidade como espaço possível da socialização de convivência social. É reconhecer não uma cidade, mas, “cidades”, um espaço plural de diferenças e conflitos.

É dar voz a esse sentimento confuso, fragmentado, expresso por milhares e milhões de indivíduos, que convivem na cena urbana, fazendo fluir aquela cidade dos sonhos que habita em cada um de nós. Mas é a cidade histórica que nos oferece a resposta a nossas perguntas. Ela nos coloca frente a frente com os absurdos diários da nossa existência. Em cada rua, em cada esquina, encontramos o pulsar da história, disperso em pequenos fragmentos, como um cristal estilhaçado.

Encontramos homens e mulheres que carregam dentro de si as marcas impostas pelo viver urbano. Do beco mais escuro, habitado por marginais e prostitutas entregues a própria sorte, ao trabalhador mais humilde, percebemos que dentro de cada um habita e vive uma cidade dos sonhos. Não a cidade que exclui e discrimina, mas a cidade que possibilite o direito de realizar seu sonho mais singelo, a cidade onde é possível realizar o desejo.

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Guilio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BODSTEIM, Regina Cele de A . Práticas Sanitárias e classes populares do Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n.4, p.33-43, 1986.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. As máscaras da cidade. **Revista USP**, n. 5, p. 3-10, São Paulo, EDUSP, 1990. (Dossiê Cidades).

FENELÓN, Déa Ribeiro. Introdução. Pesquisa em história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n 1, p. 5-13 , nov. 1999. (CIDADES).

FRITSCH, Lilian de Amorim. Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, v. 1, n.3, p.76-85, 1986.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1 n.2, p. 264-275, 1988.

MAGALDI, Cassia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. **O direito a memória: Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. **A revolta dos suburbanos ou o trem atrasou: contradições urbanas e movimentos sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

OLIVEIRA REIS, José de. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos**. Rio de Janeiro, 1977. v.3 (Evolução Urbanística da Cidade – A administração Pereira Passos, 29/12/1902 a 15/11/1906).

PADILHA, Sylvia F. Da cidade velha à periferia. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n.1, p.16-22, 1985.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudos da imagem e do imaginário do Rio de Janeiro na formação da modernidade. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.77- 88, 1992.

RAMOS, Sérgio da Costa. A casa do “Seu Celso”. **Diário Catarinense**, p.44 e 47, 19 de maio de 1995. (Geral).

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. **Enciclopédia Einaldi**. Lisboa, Casa da Moeda, 1986. v.8, p. 396-487.

## **CULTURE AND CITY: THE PROBLEM OF PRESERVATION OF URBAN HERITAGE**

**Abstract:** This article discusses the problem of urban heritage preservation in the context of cities, here understood as expressions of ways of life and social relations present in the manifestations of culture, the daily lives of individuals, family, leisure, or in their various shapes and sizes. Analyzes aspects of urban reform city of Rio de Janeiro in the administration of Mayor Pereira Passos - 1902/1906 and ends with considerations about the preservation of urban heritage from the demolition of the house of former Governor Celso Ramos at Santa Catarina State - Brazil.

**Keywords:** City. Heritage. Memory. History.

*Originais recebidos em: 04/07/2011*

*Aceito para publicação em: 08/08/2011*

*Publicado em: 26/09/2011*